

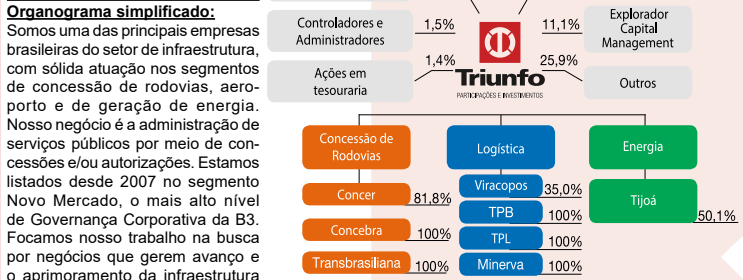
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

1. AOS ACIONISTAS

É com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Companhia") relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023, de acordo com as práticas contábeis vigentes, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. **1.1 Perspectivas:** No ano de 2023 a performance econômica do Brasil superou as expectativas dos agentes de mercado. Nesse período, observou-se um crescimento econômico acima das projeções iniciais, uma inflação mais contida e uma balança comercial mais favorável do que o inicialmente estimado. Já no setor de infraestrutura, a Companhia observou como positivo o esforço do Governo Federal em elaborar a nova política de concessões conforme estabelecido na portaria nº 848 do Ministério dos Transportes. Os principais objetivos dessa iniciativa é a padronização dos projetos, aperfeiçoamento de recursos e sustentabilidade ambiental e a modernidade tarifária. Ao longo de 2023 destacamos também os resultados positivos obtidos por dois reajustes de pedágio da Triunfo Transbrasiliana. O primeiro reajuste ocorrido em julho, registrou um aumento de 10,74%, refletindo não apenas em manter a sustentabilidade financeira da concessão, mas também contribuindo para a viabilidade de investimentos em melhorias e expansões necessárias na infraestrutura. O segundo reajuste, implementado em outubro do mesmo ano, foi de 5,9%, foi importante para que a concessionária continuasse a oferecer serviços de qualidade e infraestrutura adequada aos seus usuários. Já na Triunfo Concebra considerando que até o fim da vigência do Termo Aditivo não houve um novo leilão bem como não fora assinado novo termo aditivo entre as partes, em 21/11/2023, diante do impasse, foi interposto uma Ação Civil Pública, pela Justiça Federal, que determinou a prorrogação da manutenção da prestação dos serviços do contrato de concessão até a conclusão do processo de realocação ou até eventual repactuação da Concessão nos termos da Portaria nº 848, do Ministério dos Transportes. No segmento aeroportuário observamos uma queda de 5,8% no último trimestre de 2023 na quantidade de passageiros, totalizando 3,0 milhões, enquanto o ano de 2023 registrou um aumento anual de 5,7%, atingindo 12,5 milhões de passageiros. A diminuição trimestral pode ser atribuída, em parte, à redução de rotas oferecidas pelas companhias aéreas, influenciada pelos atrasos na entrega de motores decorrente das interrupções das cadeias produtivas na pandemia. Por outro lado, o crescimento anual reflete a retomada das viagens após o período desafiador. Por fim, encaramos o futuro com determinação e aguardamos os desdobramentos que virão com as iniciativas em curso, reafirmando nosso compromisso com excelência e a sustentabilidade em todas as áreas de atuação.

2. PERFIL CORPORATIVO

Estrutura societária 31/12/2023 – Organograma simplificado:



Nosso negócio é a administração de serviços públicos por meio de concessões e/ou autorizações. Estamos listados desde 2007 no segmento Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa da B3. Focamos nosso trabalho na busca por negócios que gerem avanço e o aprimoramento da infraestrutura nacional, sempre observando o adequado retorno financeiro aos acionistas, respeitando as boas práticas ambientais e sociais. No segmento de concessões rodoviárias, somos responsáveis por administrar três concessões no sudeste e centro-oeste do País, que totalizam 1678,5 km de rodovias: Concer, Concebra e Transbrasiliana. No segmento logístico, estamos presentes na administração do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, São Paulo. No segmento de energia, junto com Furnas a controlada em conjunto Tijó é responsável pela operação e manutenção de Usina de Três Irmãos, em São Paulo.

Consolidação das Controladas 2023:			
Empresa	Participação	Sociedade	Tipo de Consolidação
Concessões Rodoviárias			
Concer	81,8%	Controlada	Consolidação de 100%
Transbrasiliana	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Concebra	100,0%	Controlada	Consolidação de 100%
Geração/Comercialização/Operação/Manutenção de Energia/ Administração/Operação Aeroportuária			
Tijó	50,1%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado
Viracopos	35,0%	Controlada em Conjunto	Não é consolidado

3. PRINCIPAIS DESTAQUES DE 2023

Fevereiro: Prorrogação do contrato de concessão da Concer até julgamento do mérito da demanda; **Abril:** Grupamento de ações da Companhia na proporção de 4 para 1, Julho: Reajuste da Tarifa de Pedágio da Triunfo Transbrasiliana, referente a data base de dezembro de 2021, correspondente a 10,74%; **Agosto:** Participação em entrevista gravada em forma de "Vídeo Podcast"; Manifestação de Interesse em permanecer no contrato de concessão do Aeroporto de Viracopos; **Setembro:** Manifestação de Interesse em permanecer no contrato de Concessão da Triunfo Concebra; **Novembro:** Prorrogação dos efeitos previstos no 2º termo aditivo até a conclusão do processo de realocação ou até eventual repactuação da concessão nos termos da portaria 848 para a Triunfo Concebra. **Dezembro:** Renúncia e eleição de membro do Conselho de Administração.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

Dados Operacionais 2023			
Tráfego Rodovias			
Veículos Equivalentes Pagantes (em milhares)	2023	2022	Var%
Concer	25.168	23.765	5,9%
Transbrasiliana	24.815	24.977	-0,6%
Concebra	93.663	90.930	3,0%
Tráfego Equivalente Total	143.646	139.672	2,8%

No período, o total de veículos equivalentes pagantes atingiu 143,6 milhões, um aumento de 2,8% em relação ao observado em 2022, resultado dos efeitos da atividade econômica no período.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstrações Financeiras			
(R\$ mil)	2023	2022	Var. %
Receita Operacional Bruta (ROB)	1.106.577	1.168.461	-5,9%
Arrecadação de Pedágio	893.524	757.137	14,1%
Construção de Ativos	250.581	116.229	115,6%
Remuneração do Ativo Financeiro	(17.738)	304.814	n/c
Outras Receitas	10.210	10.281	-0,7%
Deduções da Receita Bruta	(75.566)	(66.642)	13,4%
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.031.011	1.121.819	-8,1%
Custos Operacionais	(832.184)	(789.134)	5,5%
Operação e Manutenção das Rodovias	(260.194)	(367.670)	-29,2%
Custo de Manutenção - IAS 37	(678)	(840)	-19,3%
Custo de Construção	(246.517)	(115.301)	113,8%
Custo com Pessoal	(102.040)	(93.409)	9,2%
Depreciação e Amortização	(168.964)	(163.356)	3,4%
Outros Custos da Concessão	(53.791)	(48.558)	10,8%
Lucro Bruto	198.827	332.685	-40,2%
Receitas (Despesas) Operacionais	(127.160)	(87.627)	45,2%
Despesas Gerais e Administrativas	(94.097)	(68.350)	37,7%
Remuneração dos Administradores	(25.208)	(22.044)	14,4%
Despesas com Pessoal	(39.867)	(39.421)	1,1%
Depreciação e Amortização	(11.143)	(11.348)	-1,8%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(208)	13.764	-101,5%
Resultado de Equivalência Patrimonial	43.363	39.772	9,0%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	71.667	245.058	-70,8%
Resultado Financeiro	(165.556)	(149.943)	10,4%
Receitas Financeiras	8.305	13.776	-39,7%
Despesas Financeiras	(173.861)	(163.719)	6,2%
Resultado Antes dos Impostos	(93.889)	95.115	n/c
Impostos Sobre Lucro	83.370	(88.767)	n/c
Impostos Correntes	(12.498)	(1.260)	891,9%
Impostos Diferidos	95.868	(87.507)	n/c
Participação de Acionistas Não Controladores	2.498	2.034	22,8%
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(8.021)	8.382	n/c

Lucro Base de Dividendos			
(R\$ mil)	2023	2022	Var. %
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(8.021)	8.382	n/c
Compensação de Prejuízos Acumulados	-	-	n/c
Lucro (Prejuízo) após a compensação	(8.021)	8.382	n/c
Constituição de Reserva Legal (5%)	-	(419)	-100,0%
Reserva de Lucros	-	-	n/c

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais	Controladora				Consolidado			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.114	52	50.869	57.580	2.374	2.016	93.553
Caixa restrita	4	-	-	8.306	7.312	19.483	12.819	267.140
Contas a receber de clientes	5	-	-	75.441	65.858	-	-	18.485
Adiantamento a fornecedores	6	157	382	1.684	2.331	-	-	8.836
Impostos a recuperar	6	664	530	6.853	7.135	12.576	6.466	36.150
Contas a receber - partes relacionadas	9	14.665	53.029	4.007	1.293	1.176	1.176	42.123
Outros créditos	9	419	5.597	12.563	15.176	23	1.991	1.566
Total do ativo circulante		17.019	59.590	159.723	155.392	3.594	9.871	4.562
Ativos não circulantes mantidos para venda		-	-	12.125	-	-	-	2.652
Não circulante								48.312
Realizável a longo prazo								523.379
Indenizações a receber - aditivos	6	-	-	33.282	33.282	-	-	-
Contas a receber de clientes	5	-	-	1.213	768	-	-	9.211
Créditos tributários diferidos	7	-	-	109.538	13.664	-	-	945.739
Contas a receber - partes relacionadas	9	193.290	146.504	126.098	120.913	26.612	36.962	293.234
Depósitos judiciais	8	1.872	1.812	27.796	22.807	-	-	2.714
Impostos a recuperar	9	-	-	2.653	2.652	-	-	25.964
Ativo financeiro	10	-	-	1.088.514	1.392.102	11	46	46
Ativos de direito de uso	-	-	-	3.804	4.455	17	1.397	2.329
Outros créditos	-	-	-	15	3	18	52	241
Total do ativo não circulante		195.162	148.316	1.392.913	1.590.646	-	-	77.265
Investimentos permanentes:								147
Em controladas	11	740.184	767.146	36.476	35.091	-	-	45.298
Outros investimentos	-	1.360	-	1.360	-	19	842.979	842.979
Imobilizado	12	3.410	-	161.427	167.489	-	-	9.211
Intangível	13	7.751	3.878	844.160	815.204	-	-	1.675
Intangível em construção	13	-	6.418	215.365	188.734	-	-	1.049.325
Total do ativo não circulante		752.705	777.442	1.258.788	1.206.518	-	-	279.935
Total do ativo		947.867	925.758	2.663.826	2.797.164	-	-	4.334
Total do ativo		964.886	985.348	2.823.549	2.952.556	-	-	38.897
								3.114
								5.614
								900.552
								917.043
								2.952.556

continuação >



TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
NIRE 35.300.159.845



continuação

tadas as medidas para reestruturação do endividamento, a Companhia apresentava Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 107.965 na controladora (R\$ 1.485.072 no consolidado). Como resultado das medidas adotadas desde então, a Companhia apresenta, em 31/12/2023, Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 23.324 (positivo em R\$ 25.249 em 31/12/2022) na controladora e Capital Circulante Líquido negativo no montante de R\$ 363.656 no consolidado (R\$ 390.622 em 31/12/2022). As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base de preparação, consolidação e principais políticas contábeis

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 20/03/2024. **2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Em conformidade com a Orientação do CPC sobre Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral (COPCG 07), a Administração da Companhia informa que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas nestas Demonstrações contábeis. **2.2. Base de elaboração:** As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. **2.3. Bases de consolidação:** As Demonstrações contábeis consolidadas incorporam os ativos, passivos, receitas e despesas patrimoniais e o resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial. O exercício social e as Demonstrações contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme aquelas utilizadas pela Controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício período anterior. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Companhias	Participação - (%)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empresas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Companhia Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,00	-	100,00	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda. ("Rio Tibagi")	100,00	-	100,00	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepra")	100,00	-	100,00	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,00	-	100,00	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	81,84	-	81,84	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	82,00	-	82,00	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. – Triunfo Convale ("Convale")	100,00	-	100,00	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,00	-	100,00	-
Dable Participações Ltda. ("Dable") (i)	100,00	-	100,00	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("BR Vias Holding TBR") (i) (ii)	-	100,00	-	100,00
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii)	-	100,00	-	100,00
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CTVias")	100,00	-	100,00	-
TP-Log S.A. ("TP-Log") (iii)	100,00	-	100,00	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	100,00	100,00	100,00	100,00
TPL – Terminal Portuário Logístico S.A. ("TPL")	100,00	-	100,00	-
Rio Claro Energia Ltda. ("Rio Claro")	100,00	-	100,00	-
Uranop Capital Participações Ltda. ("Uranop")	100,00	-	100,00	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda. ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Junio Participações e Investimentos S.A. ("Junio")	100,00	-	100,00	-
Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus")	100,00	-	100,00	-
Mercúrio Participações e Investimentos S.A. ("Mercúrio")	100,00	-	100,00	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,00	-	100,00	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,00	-	100,00	-

(i) A Dable detém 100,00% de participação na BR Vias Holding TBR; (ii) A BR Vias Holding TBR detém 100,00% de participação na controlada Transbrasiliana; (iii) A TPL-Log detém 100,00% de participação na TPB.

Companhias	Participação - (%)			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empresas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aeropostos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (i)	-	35,01	-	35,01
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESAS") (ii)	-	35,01	-	35,01
Tijó Participações e Investimentos S.A. ("Tijó") (ii)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (iii)	52,50	-	52,50	-

(i) A Aeroportos Brasil detém 68,65% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,00% de participação na VESAS; (ii) A controlada Junio detém 50,1% de participação na Tijó; (iii) A Ecovale, concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC, foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira. **2.4. Moeda funcional:** As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. **2.5. Informações materiais sobre políticas contábeis:** Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas fazem o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias: **i) Contratos de Concessão:** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária, uma vez que o Contrato de Concessão não transfere ao Concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente no término do Contrato de Concessão. O Concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O Concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. **ii) Ativo financeiro:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado quando atende as seguintes condições: (i) mantido dentro do modelo de negócios e cujo objetivo seja manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram em datas específicas fluxo de caixa que são relativos apenas à pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos não classificados ao custo amortizado são classificados a valor justo no resultado. A Companhia pode designar um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao valor justo no resultado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil. **iii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **iv) Amortização do ativo intangível:** A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessões das rodovias, tendo sido adotadas as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos econometrícos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados pela Administração. **v) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em causas civis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em instâncias diversas. As provisões, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes de processos em curso, são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **2.6. Novas normas contábeis:** **2.6.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** No exercício corrente, a Companhia e suas controladas adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* – IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01/01/2023. **a)** Alteração na norma IAS 8/CPC 23 – altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **b)** Alteração na norma IAS 12/CPC 32 – traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado ao ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **c)** Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d)** Alteração na norma IAS 1/CPC 26: Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 01/01/2023. A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia e suas controladas ou sobre as divulgações nestas Demonstrações contábeis. **2.6.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31/12/2023:** A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que foram emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31/12/2023, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber: **a)** Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 – trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **b)** Alteração na norma IAS 1/CPC 26: Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 01/01/2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 01/01/2024. **c)** Alteração nas Normas CPC 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: Evidenciação. Inclusão os itens 44F e 44H na norma CPC 03, e nos itens B11F da norma CPC 40, que estabelecem a divulgação de informações relacionadas a acordo de financiamento de fornecedores, também chamados de acordos "forfait", "confirming" ou "risco sacado". Aplicação requerida a partir de 01/01/2024. **d)** Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	1.114	52	25.583	30.002
Aplicações financeiras	-	-	25.286	27.578
	1.114	52	50.869	57.580

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente a recursos aplicados em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor, com remuneração média de 90% a 100% do CDI.

4. Caixa restrito

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Conta vinculada – CONCEBRA	8.306	7.312

CONCEBRA: Em 23/12/2019 a CONCEBRA firmou um contrato de rescalamento de dívida com o BNDES, renegociando o saldo devedor do empréstimo-ponte (vide Nota Explicativa nº 14). O novo contrato prevê o pagamento das parcelas por meio da retenção de uma percentual da receita (a depender do nível tarifário da concessão). Os recursos retidos são controlados por um banco administrador, que libera os valores excedentes à concessionária após formação do valor da parcela a ser paga ao BNDES. O saldo em 31/12/2023 é representado por recursos indisponíveis para movimentação da CONCEBRA, e será utilizado para pagamento das próximas parcelas.

5. Contas a receber

a) Contas a receber de Clientes:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	71.051	62.269
Uso da faixa de domínio	4.407	4.141
Outras contas a receber	1.196	216
	76.654	66.626
Parcela do circulante	75.441	65.858
Parcela do não circulante	1.213	768

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias. A perda estimada constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos com baixa expectativa de recuperabilidade, nesse sentido, em 31/12/2023 não foi realizada provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

6. Indenizações a receber - aditivos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de aditivos – Concepra	33.282	33.282
	33.282	33.282

13º Termo Aditivo (Free Way): A controlada Concepra explorava o trecho de Osório à Porto Alegre da rodovia BR-290/RS, conhecido como Free Way, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba, e o término da concessão ocorreu em 03/07/2018. Em 16/04/2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a Concepra recebeu autorização da ANTT para execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra, concluída em novembro de 2015, previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118. De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164.

Licença Ambiental – Segunda Ponte Rio Guaíba: A Controlada Concepra realizou estudos para obtenção da licença prévia referente implantação da Segunda Ponte do Rio Guaíba, aprovados pela ANTT, com a intenção de realização da obra. A licença prévia foi emitida em nome da Companhia, no entanto, posteriormente a União optou pela realização da obra via concorrência pública (DNIT), desconsiderando a obra no contrato de concessão. A licença ambiental, obtida pela Companhia e vendida ao DNIT, foi reconhecida pelo valor integral de R\$ 13.118, conforme Ofício nº 1362/2016. A Concepra mantém as tratativas junto à ANTT e ao DNIT para o recebimento destes montantes.

7. Impostos de renda e contribuição social

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro. É requerido julgamento significativo da Administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CS (i)	167.238	164.647
Provisão para contingências	28.948	38.158
Amortização de ágio	120	120
Encargos moratórios BNDES	41.078	48.949
Outras provisões temporárias	4.909	-
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	16.386	17.855
Total impostos diferidos ativo	258.679	269.729
Receita de construção – Aditivos	19.910	19.447
Sobre custo financeiro	42.947	42.045
Remuneração do ativo financeiro	50.843	100.608
Estorno de amortizações - ICPC 01	35.441	93.965
Total impostos diferidos passivo	149.141	256.065
Total impostos diferidos	109.538	113.664
(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$ 34.241), Concebra (R\$122.449) e Transbrasiliana (R\$10.548); (ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana. O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração. A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:		
Consolidado		
2025	66.975	
2026	20.565	
2027	20.358	
2028	10.469	
2029	48.871	
	167.238	

a) Prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas - Controladora: Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não têm prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa de CS	90.137	77.545

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados por não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

b) Imposto de renda e contribuição social - resultado: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	31/12/2023				
	Controladora	Controladas	Outras com-troladas	Eliminações	Consolidado
Lucro antes dos impostos à alíquota fiscal vigente	(8.021)	(112.979)	40.859	(13.749)	(93.889)
Ajustes Lucro Real	2.727	38.413	(13.892)	4.675	31.923
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.265)	-	15.690	-	19.955
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	352	-	-	352
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	102	475	183	-	760
Prejuízos fiscais e bases negativas não constituídos	(7.094)	45.870	(2.036)	-	36.740
IRPJ/CSLL Correntes	-	(12.230)	(268)	-	(12.498)
IRPJ/CSLL Diferidos	-	97.342	-	(1.474)	95.868
Total IRPJ/CSLL	-	85.112	(268)	(1.474)	83.370
Alíquota efetiva (i)		75%	1%	(11%)	89%

(i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida principalmente devido à não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal na Controladora e nas controladas Concer e Concebra, em razão da expectativa do lucro tributável esperado para os próximos anos. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%.

	31/12/2022				
	Controladora	Controladas	Outras com-troladas	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos à alíquota fiscal vigente (34%)	8.852	83.767	42.903	(39.937)	95.115
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.630	-	16.664	-	26.294
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(21)	-	-	-	(21)
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(3.309)	1.135	52	-	(2.122)
Prejuízos fiscais e bases negativas não constituídos	(3.450)	(68.410)	6.282	(15.001)	(80.579)
IRPJ e CSLL correntes	-	(1.185)	(75)	-	(1.260)
IRPJ e CSLL diferidos	-	(94.571)	8.486	(1.422)	(87.507)
Total de IRPJ e CSLL	-	(95.756)	8.411	(1.422)	(88.767)
Alíquota efetiva (ii)		-114%	-20%	-4%	93%

(ii) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida principalmente devido à não constituição de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal em razão da expectativa do lucro tributável esperado para os próximos anos na Controladora e nas controladas Concer e Concebra. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 34%. A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima.

8. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos e bloqueios judiciais diversos relacionados a processos de natureza cível				



TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
NIRE 35.300.159.845



continuação

Empresa	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Mineve	11.755	36.475	14.838	-	1	44.375
Jufo	49.209	94.889	42.766	41.407	59.925	86.552

12. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo histórico, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada pelo método linear e pelas taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

a. Movimentação do ativo imobilizado em 31/12/2023:

Custo	Consolidado						
	Terreiros	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. Dados	Veículos	Outros
Saldos em 31/12/2022	150.429	29.615	18.575	3.594	9.355	28.723	1.501
Construções / Aquisições	5.114	-	1.449	2.190	848	2.648	1.218
Transferências (i)	(12.125)	-	(91)	(5)	(501)	(505)	(61)
Depreciação	(143.418)	(29.615)	(19.533)	(3.557)	(9.704)	(30.681)	(2.658)
Saldos em 31/12/2023	150.429	29.615	18.575	3.594	9.355	28.723	1.501

Custo	Consolidado						
	Terreiros	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. Dados	Veículos	Outros
Saldos em 31/12/2021	150.429	11.343	3.047	45	805	1.295	525
Depreciação	(143.418)	(10.107)	(2.790)	(648)	(858)	(2.825)	(781)
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	20%	10%

b. Movimentação do ativo imobilizado em 31/12/2022:

Custo	Consolidado						
	Terreiros	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. Dados	Veículos	Outros
Saldos em 31/12/2022	145.849	29.615	18.134	3.522	11.724	26.210	1.143
Construções / Aquisições	4.580	-	455	121	457	1.406	396
Transferências	-	-	(14)	(1)	(51)	(1.015)	(83)
Depreciação	(145.429)	(29.615)	(18.575)	(3.594)	(9.355)	(28.723)	(1.501)
Saldos em 31/12/2023	150.429	29.615	18.575	3.594	9.355	28.723	1.501

Custo	Consolidado						
	Terreiros	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. Dados	Veículos	Outros
Saldos em 31/12/2021	145.849	12.324	3.961	399	3.931	1.992	342
Depreciação	(145.429)	(11.343)	(3.047)	(45)	(805)	(1.295)	(525)
Taxas de depreciação	-	4%	10%	10%	20%	20%	10%

13. Intangível e intangível em construção:

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2023:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2022	6.973	4.278.418	10.039	17.738	9.555	1.355	407	4.324.485
Adições	1.728	196.630	474	-	-	-	-	198.832
Transferências	-	(134)	-	-	-	-	-	(134)
Depreciação	-	(32.463)	-	-	-	-	-	(32.463)
Saldos em 31/12/2023	8.701	4.465.928	10.513	17.738	9.555	1.355	407	4.514.197

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2022:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2021	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204
Adições	7.751	805.018	10.513	10.584	9.555	541	198	844.160
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	14.169	1.581.799	20.552	22.120	19.110	1.218	396	1.659.364

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2022:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2021	6.628	5.804.920	8.769	17.738	9.555	1.355	407	5.849.372
Adições	1.615	54.157	-	-	-	-	-	55.772
Transferências	(1.270)	(1.934)	1.270	-	-	-	-	(1.934)
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	6.973	4.278.418	10.039	17.738	9.555	1.355	407	4.324.485

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2021:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2020	6.418	2.214.214	8.769	12.454	9.555	812	198	2.252.466
Adições	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2021	12.836	2.990.995	18.808	23.990	19.110	1.489	396	3.067.670

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2020:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2019	1.615	54.157	-	-	-	-	-	55.772
Adições	(3.101)	-	-	-	-	-	-	(3.101)
Transferências	(1.270)	(1.934)	1.270	-	-	-	-	(1.934)
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	6.973	4.278.418	10.039	17.738	9.555	1.355	407	4.324.485

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2019:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2018	(555)	(3.501.637)	-	(6.202)	-	(678)	(209)	(3.509.281)
Adições	(395)	(159.292)	-	-	-	(136)	-	(159.823)
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	(950)	(3.660.910)	-	(7.154)	-	(814)	(209)	(3.670.037)

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2018:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2017	(164)	(3.590.706)	-	(5.284)	-	(543)	(209)	(3.595.906)
Adições	(391)	(158.986)	-	(918)	-	-	-	(160.294)
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	(555)	(3.501.637)	-	(6.202)	-	(678)	(209)	(3.509.281)

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2017:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2016	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204
Adições	7.751	805.018	10.513	10.584	9.555	541	198	844.160
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	14.169	1.581.799	20.552	22.120	19.110	1.218	396	1.659.364

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2016:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2015	6.418	2.214.214	8.769	12.454	9.555	812	198	2.252.466
Adições	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2016	12.836	2.990.995	18.808	23.990	19.110	1.489	396	3.067.670

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2015:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2014	6.418	2.214.214	8.769	12.454	9.555	812	198	2.252.466
Adições	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2015	12.836	2.990.995	18.808	23.990	19.110	1.489	396	3.067.670

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2014:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2013	6.418	2.214.214	8.769	12.454	9.555	812	198	2.252.466
Adições	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2014	12.836	2.990.995	18.808	23.990	19.110	1.489	396	3.067.670

Movimentação do ativo intangível em 31/12/2013:

Custo	Consolidado							Intangível em construção (Ativos de contrato) (vii)
	Total Controladora (i)	Ativos de Concessão Rodovias (ii)	Projetos de atividades portuárias (iii)	Agio na aquisição Trans-brasiliiana (iv)	Agio na aquisição CTVIAs (v)	Carteira clientes (CTVIAs) (vi)	Outros	
Saldos em 31/12/2012	6.418	2.214.214	8.769	12.454	9.555	812	198	2.252.466
Adições	6.418	776.781	10.039	11.536	9.555	677	198	815.204
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2013	12.836	2.99						



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
NIRE 35.300.159.845

22. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27/04/2023 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$11.330. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salário ou pró-labore	7.136	6.052	12.854	15.598
Benefícios diretos e indiretos	676	600	1.626	1.281
Total remuneração fixa	7.812	6.652	14.416	16.879
Provisão de remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	3.515	3.588	9.569	5.278
Total remuneração Variável	5.535	3.588	9.569	5.278
Total remuneração fixa e variável	11.327	10.240	24.049	22.157
Encargos sociais	553	594	1.159	953
11.880	10.834	25.208	23.110	

23. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	608	3.957	9.731	608
Juros recebidos	6.576	9.840	352	583
Perda de dívida e encargos moratórios (i)	3.478	852	3.478	852
Outros juros e descontos obtidos	183	1.617	518	2.610
10.237	12.917	8.305	13.776	
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre Debêntures	-	(1.035)	(36.781)	(36.995)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(5.113)	(6.679)	(62.425)	(103.770)
Atualização monetária - Excedente tarifário (iii)	-	-	(49.813)	(8.905)
Ajuste a valor presente - Provisão de Manutenção	-	-	(574)	(686)
Imposto sobre operações financeiras	-	(253)	(29)	(307)
Outros juros, multas e atualizações	(969)	(385)	(234.239)	(133.056)
(6.062)	(8.352)	(173.861)	(163.719)	
4.195	4.565	(165.556)	(149.943)	
Receita operacional				
Resultado operacional líquido	4.195	4.565	(165.556)	(149.943)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-
4.195	4.565	(165.556)	(149.943)	

(i) Perda da dívida da Controladora refere-se China Construction Bank CCB/IFINEP; (ii) Atualização monetária decorrente do registro dos efeitos na controlada Concebra da atualização do excedente tarifário, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11.

24. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a existência de seguradoras suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consórcios de seguros:

Responsabilidade	Riscos	Seguros	Outros	Total LMI (i)
Concer	20.000	16.000	-	38.888
Concebra	10.000	74.246	23.280	107.526
Transbrasiliana	25.000	65.542	177.093	267.635
Triunfo	-	-	-	47.430
55.000	155.788	200.373	499.544	903.731

(i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices. Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia. As apólices de seguros foram intermediadas pela Triunfo Administradora e Corretora de Seguros ("TACS"), corretora responsável pela contratação dos seguros das empresas do grupo, controlada direta da Triunfo Holding Participações S.A. ("THP").

25. Plano de previdência privada

Em 06/01/2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuárias a serem reconhecidas. As contribuições da Companhia em 31/12/2023 totalizam R\$ 2.859 (R\$ 8.115 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$ 3.832 (R\$9.610 no consolidado). As contribuições da Companhia no exercício findo em 31/12/2023 totalizam R\$ 2.140 (R\$ 7.082 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$3.019 (R\$ 8.382 no consolidado).

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 31/12/2023 é de 419 participantes (417 participantes em 31/12/2022).

26. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado por meio de informações contábeis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado ou métodos metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2:** inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros consolidado da Companhia, apresentados nas Demonstrações contábeis:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros				
Caixas e equivalentes de caixa (nota nº 3)	2	50.869	57.580	50.869
Caixa restrito (nota nº 4)	2	8.306	7.312	8.306
Contas a receber (nota nº 5)	3	76.654	66.626	76.654
Indenizações a receber (nota nº 6)	3	33.282	33.282	33.282
Bens reversíveis e indenizáveis (nota nº 11)	3	1.155.210	1.392.102	1.155.210
Total		1.324.321	1.556.902	1,324,321
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos (nota nº 14)	2	1.212.877	1.386.337	1.178.038
Debêntures (nota nº 15)	2	311.719	279.935	311.719
Dividendos		1.566	3.536	1.566
Passivos de arrendamento		2.799	4.022	2.799
Total		1,528,953	1,673,830	1,494,122

As seguintes métricas e premissas foram utilizadas para estimar o valor justo: **a)** Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam do seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos; **b)** Para os bens reversíveis e indenizáveis da controlada Concebra os valores contábeis são considerados equivalentes ao valor justo, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas presente no contrato de concessão, tais como estrutura robusta de garantia e marcos legais relacionados ao setor; **c)** O valor justo do financiamento da Concebra considera o período de vida do Subcrédito B referente às parcelas vencidas até dezembro de 2024, a valor presente; **d)** Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures são avaliados por custo amortizado, porém seu valor contábil igual ao valor justo apurado. **b) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras a qual a Companhia estava exposta na

Conselho da Administração

João Villar Garcia; Ricardo Stabile Plovezan; Antônio José Monteiro Fonseca de Queiroz; Amin Alves Murad; Gustavo de Pinho Gato; Luiz Fernando Wolff de Carvalho; Breno Figueiredo Pinheiro; Leonardo de Almeida Aguiar.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/76, examinou o Relatório Anual de Administração, as Demonstrações Financeiras e a proposta da Destinação do Resultado, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, da Controladora e Consolidada e a proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2024. Nossos exames foram complementados por análise de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados pelos Auditores

Parecer do Comitê Auditoria e de Riscos

O Comitê de Riscos e Auditoria de acordo com as atribuições definidas no seu regimento interno e no regulamento do novo mercado, efetuou as avaliações e, considerando ainda, o relatório de auditoria da BDO RCS Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do período, recomenda que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração. São Paulo, 20 de março de 2024.

Relatório Anual Resumido das Atividades do Comitê de Riscos e Auditoria - 2023

O Comitê de Riscos e Auditoria ("CRA") da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. empresa com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 03.014.553/0001-91 ("Companhia"), é um órgão não estatutário, de assessoramento do Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamentária, tendo sido constituído em 27 de abril de 2022, como parte do processo contínuo de evolução da governança corporativa da Companhia. O regimento interno do CRA encontra-se disponível no site da Companhia: <https://www.triunfo.com/governanca-corporativa/estruturas-sociais-politicas-e-regimentos>. Nos termos do regimento interno, o Comitê é composto por 3 (três) membros, com mandato de 2 (dois) anos, designados pelo Conselho de Administração, observado-se ainda os demais critérios estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado. São membros atuais: Amin Alves Murad (coordenador do Comitê), membro do Conselho de Administração independente), Bruno Shigeyoshi Oshiro (especialista em contabilidade societária), e André Steagall Gertschenstein. Em cumprimento às disposições legais e ao Regimento Interno do Comitê, seus membros elaboraram o presente relatório anual das atividades realizadas ao exercício de 2023. O Comitê, de acordo com calendário anual de reuniões, previamente discutido e aprovado por seus membros, respeitada a periodicidade no mínimo bimestral, realizou 12 reuniões ordinárias ao longo do ano de 2023/2024 (abril de 2023 a março de 2024). Além das reuniões ordinárias foram realizadas, também reuniões extraordinárias sobre: (i) aprovação das atividades a serem desenvolvidas pelo CRA em 2023; (ii) discussão e a aprovação do planejamento, metodologia, escopo e do plano de trabalho da auditoria interna e controles internos da Companhia em 2023; (iii) acompanhamento do andamento

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante quanto à continuidade operacional:** Chamamos atenção para as Notas Explicativas nos 1 e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia, a controlada direta Companhia de Concessão Rodoviária Juiç de Fora - Rio S.A. e a investida indireta Aeroportos Brasil Viracopos S.A., apresentam exposição negativa de capital circulante líquido e/ou vêm descumprindo suas obrigações financeiras e, ainda, no caso das concessionárias, também os planos de investimentos previstos em seus respectivos contratos de concessão. A Administração da Companhia vem desenvolvendo ações no sentido de manter os planos no curso normal de suas operações, realizando aportes de capital, alienação de ativos e implementando planos para recuperação extrajudicial, os quais tem sido objeto de contestação e não se encontram homologados em todas as instâncias requeridas, e discussões junto ao poder concedente, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional de sua controlada e investida. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Ênfases: **Incertezas decorrentes de processos de arbitragens em curso, ações e negociações conduzidas pela Companhia e suas controladas, voltadas a obtenção do equilíbrio econômico e financeiro de suas operações:** Chamamos atenção para as Notas Explicativas nos 1, 14 e 28, que descrevem processos de arbitragem em curso, além de outras ações e negociações que vem sendo conduzidas pela Companhia e sociedades controladas diretas e indiretas, com o objetivo de obter o equilíbrio econômico e financeiro de suas operações, através de ajustes aos contratos de concessão e adequação do perfil de endividamento à geração de caixa. Esse conjunto de ações, ainda em curso, podem gerar desdobramentos e resultados que levem a novas decisões, tanto por parte da Companhia como de suas controladas, e, portanto, as premissas até então adotadas e, consequentemente, a realização de ajustes prospectivos em nossas demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Devolução da concessão e Excedente tarifário - controlada Concebra:** Chamamos atenção para os eventos informados nas Notas Explicativas nos 1 e 10 às demonstrações contábeis, que descrevem: (i) os termos e efeitos do segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 004/2013 assinado em 18 de

data base de 31/12/2023, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida o perfil do CDI para os próximos 12 meses, e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31/12/2023, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Concer	CDI	14	11	7
Transbrasiliana	CDI	20	15	10
Concebra	CDI	636	477	318
Rio Claro	CDI	1.128	846	564
CP Vias	CDI	-	-	1
FPL	CDI	76	57	38
BRVias	CDI	232	174	116
Junio	CDI	839	629	419
R\$ 25.286 (*)		2.946	2.210	1.473

Taxa/índice sujeitos às variações ()** CDI 11,65% 8,74% 5,83%
(*) Saldos em 31/12/2023 aplicados em CDB e Fundos Di; (**) Fonte BACEN. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas a qual a Companhia está exposta na data base de 31/12/2023, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2022, foram definidos os cenários prováveis para o período e a partir destes, e calculadas variações positivas de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31/12/2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Triunfo (consolidado)		31/12/2023		
Operação	Valor	Risco	Cenário Provável	Cenário II
Cédula de crédito bancário/IFINEP - China Construction Bank	38.293	CDI	4.461	5.576
Crédito Bancário - Banco ABC	19.347	CDI	2.254	2.817
Empréstimo Ponte - BNDES A e B	36.453	TJLP	2.380	2.975
Empréstimo Ponte - BNDES TLP	1.108.816	TLP	92.467	115.583
Planner - Nota Comercial	7.013	CDI	817	1.021
R\$ 1.209.921 (*)	1.209.922		102.378	127.937
Transbrasiliana - 8ª Emissão de debêntures	311.719	IPCA	13.903	17.376
R\$ 311.719 (**)	311.719		13.903	17.376

Taxa/índice sujeitos às variações (*)** CDI 11,65% 14,56% 17,48%
Taxa/índice sujeitos às variações (*)** TJLP 6,53% 8,16% 9,80%
Taxa/índice sujeitos às variações (*)** TLP 8,34% 10,42% 12,51%
Taxa/índice sujeitos às variações (*)** IPCA 4,46% 5,58% 6,69%
(*) Saldos em 31/12/2023; (**) Fonte: BACEN; (***) Fonte: BNDES. **c) Análise de riscos:** Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades, mas não limitados a eles, são: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu programa de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota. A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de concessão da PER. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota. A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de concessão da PER. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota. A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de concessão da PER. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota. A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de concessão da PER. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota. A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de concessão da PER. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota. A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de concessão da PER. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota. A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de concessão da PER. **Risco de crédito:** A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Aproximadamente 50% das receitas das concessionárias de rodovias são recebidas à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%. **Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **Risco de preço e valor de mercado:** A estrutura tarifária é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **Risco regulatório:** Desconsidera-se quaisquer eventos de incentivo do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avali



Triunfo

PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91
NIRE 35.300.159.845



continuação ←

definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança

razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a

data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2024.



BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador
CRC 1 SP 166001/O-3